Valor

Jornal econômico de circulação nacional, publicado desde 2 de maio de 2000 pela Valor Econômico S.A.

Diretora de Redação: Vera Brandimarte
Conselho Editorial: Aluízio Maranhão Gomes da Silva, Antonio Manuel Teixeira Mendes, Celso Pinto, João Roberto Marinho, Luiz Frias, Otavio Frias Filho, Roberto Irineu Marinho e Vera Brandimarte
Conselho de Administração: Antonio Manuel Teixeira Mendes, Luiz Frias, Frederic Zoghaib Kachar e Roberto Irineu Marinho

Com recessão em 2016, Estado deve ter novo déficit primário

Os dados fiscais de julho mostraram que a situação das contas públicas é mais grave do que se imaginava. Enquadrado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que condenou as "pedaladas fiscais" realizadas em 2014, o governo federal está regularizando o pagamento de todas as despesas orçamentárias. A realidade que está surgindo a partir dessa determinação é preocupante.

Para que se tenha uma ideia, o Tesouro pagou, apenas no mês passado, uma despesa com subsídios e subvenções de operações oficiais de crédito maior do que em todo o ano passado. A previsão oficial é que serão gastos R$ 20,6 bilhões nessa rubrica neste ano, contra apenas R$ 4,4 bilhões em 2014 — o gasto adicional será, portanto, de R$ 16,2 bilhões. A despesa com subsídios e subvenções existia no ano passado, mas não era paga integralmente e o passivo foi se acumulando.

Outro exemplo gritante de "pedalada" — que significa adiar o pagamento de uma despesa para melhorar artificialmente o resultado fiscal — ocorreu com o complemento do FGTS. A lei complementar 110/2001 criou um adicional ao FGTS, a ser pago pelas empresas em caso de demissão sem justa causa. A receita obtida seria usada para corrigir os saldos do FGTS decorrentes das perdas verificadas na implementação dos planos Verão e Collor I.

Depois que esse passivo foi pago, contudo, o adicional permaneceu. No Brasil, é quase impossível acabar com um tributo, mesmo quando o motivo que levou à sua criação desaparece. Como não havia mais passivo a ser pago, os recursos obtidos com o adicional deveriam ser repassados ao Fundo de Garantia. Em 2014, o governo não fez essa transferência. Neste ano, programou transferir R$ 5,7 bilhões.

Só nessas duas despesas (subsídios e complemento do FGTS), o fim das "pedaladas" resultará em gasto de mais de R$ 21 bilhões em 2015. O governo garante que está pagando tempestivamente todas as despesas com benefícios assistenciais, que também foram objeto das "pedaladas" em 2014, como o seguro-desemprego.

A decisão de regularizar os passivos acumulados nos últimos anos vai criar dificuldades também para o fechamento das contas em 2016. O maior problema para o reequilíbrio das contas públicas, entretanto, está relacionado com a expressiva queda da receita tributária. A previsão da maioria dos analistas do mercado consultados pelo boletim Focus, elaborado pelo Banco Central, é que o país continue em recessão econômica no próximo ano.

Quando a economia está em queda, a primeira vítima são os impostos, pois parte das empresas tende a adiar o quanto podem o pagamento de suas obrigações. Nos últimos anos, esse comportamento foi incentivado pela edição de numerosos Refis — os programas de parcelamentos de débitos tributários em condições vantajosas para os devedores. Algumas empresas decidem não pagar, na esperança de que um novo Refis seja aprovado.

Em recente nota técnica, a Receita Federal chamou a atenção para o fato de que a arrecadação tributária que está ingressando nos cofres do Tesouro é bem inferior a todas as suas projeções, mesmo ajustadas ao ciclo econômico. De janeiro a julho deste ano, a arrecadação federal já caiu 3,13% em termos reais, na comparação com o mesmo período do ano passado.

Se o quadro recessivo se confirmar, muito provavelmente o governo não conseguirá cumprir a meta de superávit primário de 0,7% do Produto Interno Bruto (PIB) para todo o setor público fixada para 2016, pois simplesmente não haverá receita tributária suficiente para cobrir as despesas. Mesmo porque os gastos obrigatórios têm uma dinâmica própria e crescem em ritmo acima da economia. Nesse cenário, 2016 pode repetir 2015, ou seja, o ano terminará com déficit primário nas contas públicas.

Essa é a realidade que está colocada e que precisa ser discutida. Não há dúvida de que o melhor caminho para reequilibrar as contas públicas é a redução das despesas. A elevação de tributos deve ser o último recurso, principalmente porque a carga tributária brasileira já é muito elevada. Há ainda uma questão pedagógica. A opção por uma elevação imediata dos impostos pode inviabilizar a discussão sobre o controle do crescimento do gasto.

Diretora de Redação
Vera Brandimarte
(vera.brandimarte@valor.com.br)
Diretora Adjunta de Redação
Claudia Safatle
(claudia.safatle@valor.com.br)
Diretora de Conteúdo Digital
Raquel Balarin
(raquel.balarin@valor.com.br)
Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos
(jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos
Célia de Gouvêa Franco
(celia.franco@valor.com.br)
Cristiano Romero
(cristiano.romero@valor.com.br)
Pedro Cafardo
(pedro.cafardo@valor.com.br)
Chefe da Redação em Brasília
Rosângela Bittar
(rosangela.bittar@valor.com.br)
Chefe da Redação no Rio
Heloisa Magalhães
(heloisa.magalhaes@valor.com.br)
Repórteres Especiais
Alex Ribeiro (Brasília)
(alex.ribeiro@valor.com.br)
Angela Bittencourt
(angela.bittencourt@valor.com.br)
Daniel Rittner (Brasília)
(daniel.rittner@valor.com.br)
Daniela Chiaretti
(daniela.chiaretti@valor.com.br)
Denise Neumann
(denise.neumann@valor.com.br)
Graziella Valenti
(graziella.valenti@valor.com.br)
João Rosa
(joao.rosa@valor.com.br)
Maria Cristina Fernandes
(mcristina.fernandes@valor.com.br)
Raymundo Costa (Brasília)
(raymundo.costa@valor.com.br)
Ribamar Oliveira (Brasília)
(ribamar.oliveira@valor.com.br)
Editora de Brasil
Catherine Vieira
(catherine.vieira@valor.com.br)
Editor de Política
César Felício
(cesar.felicio@valor.com.br)
Editor de Internacional
Humberto Saccomandi
(humberto.saccomandi@valor.com.br)
Editora de Tendências & Consumo e Tecnologia
Cynthia Malta
(cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Indústria e Infraestrutura
Ivo Ribeiro
(ivo.ribeiro@valor.com.br)
Editor de Agronegócios
Fernando Lopes
(fernando.lopes@valor.com.br)
Editora de Finanças
Vanessa Adachi
(vanessa.adachi@valor.com.br)
Editor de S.A.
Nelson Niero
(nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Investimentos
Alessandra Bellotto
(alessandra.bellotto@valor.com.br)
Editora de Carreiras
Stela Campos
(stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura
Robinson Borges
(robinson.borges@valor.com.br)
Editora de Legislação & Tributos
Zinia Baeta
(zinia.baeta@valor.com.br)
Editor de Arte/Fotografia
Silas Botelho Neto
(silas.botelho@valor.com.br)
Editora Valor Online
Paula Cleto
(paula.cleto@valor.com.br)
Coordenador Valor Data
William Volpato
(william.volpato@valor.com.br)
Editores de Projetos Especiais
Célia Rosemblum
(celia.rosemblum@valor.com.br)
Tania Nogueira Alvares
(tania.nogueira@valor.com.br)
Correspondentes internacionais
Assis Moreira (Genebra)
(assis.moreira@valor.com.br)
Marli Olmos (Buenos Aires)
(marli.olmos@valor.com.br)
Sergio Lamucci (Washington)
(sergio.lamucci@valor.com.br)
Correspondentes nacionais
Marcos de Moura e Souza
(Belo Horizonte)
(marcos.souza@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife)
(marina.falcao@valor.com.br)
Sérgio Ruck Bueno (Porto Alegre)
(sergio.bueno@valor.com.br)

Diretor Financeiro
Carlos Alberto Arroyo Ponce de Leon
(carlos.ponce@valor.com.br)
Diretor de Eventos e Seminários
Carlos Raíces
(carlos.raices@valor.com.br)
Diretora Comercial
Andréa Flores
(andrea.flores@valor.com.br)
Diretor de TI
Roberto Martins Portella Filho
(roberto.portella@valor.com.br)
Diretora de Assuntos Jurídicos e RH
Daphne Murahovschi
(daphne@valor.com.br)

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico S.A. Av. Francisco Matarazzo, 1500, Torre New York, 1º, 2º, 3º e 8º andares. - Condomínio Água Branca - São Paulo - SP
CEP 05001-100 — **Telefone** 0 xx 11 3767 1000
Departamentos de Publicidade Impressa e On-line SP: Telefone 0 xx 11 3767-1012, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000 **Fax** 0 xx 11 3767 1348. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SRTVN Quadra 701 – Módulo C — Centro Empresarial Norte - sala 801 – Bloco B — CEP 70719-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Irineu Marinho, 70 - 6º andar — CEP 20230-023

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte
Canal Chetto Comun. e Representação
Tel./Fax: (71) 3025-2670
Interior de São Paulo e Litoral
M Mardegan Representações Com
Tel: (19) 3284-4691/9635-5606/9251-7817
CE/PI/MA/RN - Dialogar Propaganda & Marketing - Isabel
Tel./Fax: (85) 3264-7342
MG/ES - Sat Propaganda
Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização - Tel./Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações
Tel./Fax: (51) 3231-6287/3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados
Tel./Fax: (48) 3333-8497/3333-8497
EUA - Multimedia, Inc.
Tel./Fax:1-407-903-5000/1-407-363-9809
US Toll Free: 1-800-985-8588

Para venda de assinaturas e atendimento ao assinante ligue:
(11) 2199-2199 (Grande São Paulo) ou 0800 7018888 (demais localidades) de segunda a sexta das 07h às 19h30.
assinaturas@valor.com.br - atendimento@valor.com.br. Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br.**
Para venda de exemplares avulsos ligue: (11) 3767-1270 – **exemplares.avulsos@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência.

Preço de assinatura anual nova (impresso + digital) para regiões Sudeste e Distrito Federal: **11 mensais de R$ 72,50**.
Demais localidades, consultar o atendimento ao assinante: **tel: 0800 701 8888**. Carga tributária aproximada: 3,65%.

ISTOCK/GETTY IMAGES

Estabilidade institucional convive com uma crescente crise de confiança. Por ***Marco A. Ruediger***

Uma questão de transparência

Uma das poucas boas evidências que as crises políticas e econômicas recentes têm trazido é a de que as instituições públicas brasileiras alcançaram um grau de maturidade democrática de improvável reversão. Independentemente das soluções a que se chegue na crise atual, nada indica que passem pela supressão da legitimidade do voto, o acobertamento de poderosos ou a distorção das instituições representativas — temos aí a constatação de uma conquista inestimável da democracia brasileira.

Há, é verdade, aparente contradição nesse cenário: a estabilidade institucional convive atualmente com uma crescente crise de confiança tanto no sistema político como na economia. Os atores econômicos têm demonstrado persistente desconfiança nas respostas aos desafios do cenário de recessão econômica, perda de valor das commodities e consequentes dificuldades fiscais. Já os cidadãos acreditam cada vez mais que os representantes eleitos — da situação ou da oposição — consideram antes suas próprias necessidades do que as da sociedade na hora de tomar decisões. E nesse contexto de crescente desconfiança, a polarização política tem caminhado mais para o desejo de aniquilamento do outro do que para a melhora do debate público.

Mas trata-se de uma falsa contradição, pois ambas as questões — a maturidade institucional e a crise de confiança — estão ligadas por uma questão de transparência. Trata-se não só na disponibilização de informações e dados, mas também da clareza com que são apresentados e de análises que combinem diversas tradições das ciências sociais de forma a adequadamente trafegar na complexidade da conjuntura e lançar propostas para a superação de déficits de cidadania e de capacidade institucional.

A sopa de letras estampada diariamente aos brasileiros é diversificada. Mas duas das siglas mais em voga neste momento, entre outras, merecem por ora uma atenção maior por conta da centralidade adquirida nos últimos meses. São eles o TCU (Tribunal de Contas da União) e o TSE (Tribunal Superior Eleitoral), instâncias responsáveis por processos cujos desfechos serão decisivos para a superação da atual crise política.

No TCU, corre o processo de julgamento das contas do governo federal do ano passado. A questão dialoga diretamente com a histórica falta de transparência no manejo dos recursos públicos e do debate sobre o tema. Matéria publicada hoje no **Valor** (pág. A12), com base em estudo da FGV-DAPP, mostra como o expediente — legal — dos chamados "Restos a Pagar" representa um limbo na gestão do Orçamento Público. Recursos autorizados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) são empenhados, porém não chegam a ser pagos, legando aos anos seguintes uma conta que cresce ano a ano. Tornam-se então "Restos a Pagar a Pagar", redundância linguística que é prova de que não há limites para nossa criatividade econômico-contábil.

O país precisa de uma agenda republicana, franqueando à sociedade as informações sobre o destino de seus recursos

Vale dizer como ressalva que o ministro Joaquim Levy merece créditos por enfrentar a questão. Isso pode ser observado no Mosaico Orçamentário já disponível no site do **Valor,** em parceria com a DAPP. Mas não será apenas a resolução pessoal de um gestor ou mesmo de um único governo que solucionará o problema, e sim um esforço republicano e apartidário de promoção de uma agenda de transparência pública.

No TSE, por sua vez, corre um processo relativo à candidatura da presidente nas eleições do ano passado. Não nos cabe aqui emitir qualquer juízo acerca do processo, mas sim indicar que o mesmo também é um reflexo da baixa institucionalidade com que o sistema político brasileiro lida com o financiamento de campanha e — falando sem rodeios — do lobby exercido por toda sorte de atores interessados em manter uma boa relação com o poder público. Sejamos claros: o lobby não deixará de existir, pois se trata de uma atividade comum a todas as democracias maduras, a começar pela americana. O problema passa, mais uma vez, por uma questão de transparência e de regulação clara de um fato consumado.

Quem acessa o sistema político, quando, com que interesse e sob quais regras – eis os pontos que precisam vir à luz do dia e virar norma na lei, em um campo de atuação com limites e punições claras. A regulação dessa questão e o tratamento público das informações daí decorrentes seriam contribuições de grande valia para o amadurecimento da democracia brasileira nos próximos anos e para a coerção de práticas espúrias que corroem a vida do país.

Entretanto, não se para por aí: para entender o destino do dinheiro com o qual contribui, o cidadão precisa dominar outra sopa de letras; para saber quem financiou a campanha do seu representante, deve navegar por planilhas do TSE. Trata-se, é fato, de informações que hoje estão públicas. Mas são elas visíveis? A disponibilização de dados é etapa fundamental do processo, mas se não for acompanhada de um esforço público ativo de fazê-los chegar à sociedade, cria-se apenas a ilusão de transparência.

Se os custos para entender os dados públicos são elevados até para especialistas, a ilusão de que temos acesso aos mesmos apenas alimenta a desconfiança da sociedade. É assim inadiável a responsabilidade dos nossos representantes com essa agenda, central para o melhor balizamento das escolhas públicas.

Portanto, se as instituições brasileiras vêm funcionando de maneira adequada — fato ressaltado positivamente por publicações como a "Economist" e o "Financial Times" —, a confiança dos brasileiros no sistema e no futuro tem decrescido dramaticamente, cabendo apenas uma resposta na busca por uma saída duradoura da crise em que nos encontramos: a transparência radical das informações e a necessária construção da capacidade de se analisar por diversas chaves o processo político e econômico. O país requer, mais do que nunca, uma agenda republicana de abertura das suas instituições, franqueando à sociedade brasileira aquilo que lhe é de direito, informações sobre o destino dos seus recursos dentro de um arcabouço normativo para o século XXI.

Marco Aurélio Ruediger é sociólogo e diretor da Diretoria de Análise de Políticas Públicas - FGV-DAPP.